

OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS NO RURAL PAULISTA

análise das evoluções no período 1990-2002

OTAVIO VALENTIM BALSADI
MARIA ROSA BORIN

Resumo: O texto analisou a evolução das ocupações agrícolas e não-agrícolas no Estado de São Paulo no período entre 1990 e 2002, tendo como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e do boletim Sensor Rural Seade, e trouxe evidências de uma importante mudança na estrutura ocupacional da população rural economicamente ativa.

Palavras-chave: Ocupações agrícolas e não-agrícolas. Emprego rural. Estado de São Paulo.

Abstract: The text analyzed the evolution of agricultural and non-agricultural occupations in Sao Paulo State between 1990 and 2002, based on the National Households Sample Survey and Sensor Rural Seade bulletin data. The results showed a consolidation of an undergoing change in occupations of the rural economically active population.

Key words: Agricultural and non-agricultural occupations. Rural employment. State of Sao Paulo.

A demanda de mão-de-obra na agropecuária paulista apresentou forte redução no período compreendido entre 1990 e 2002, devido à incorporação de modernas tecnologias no processo produtivo, especialmente aquelas destinadas às operações de colheita e pós-colheita, e à queda da área de plantio nas principais culturas. Com exceção da laranja e das olerícolas, além de algumas frutíferas de importância regional, as demais atividades sofreram grande redução na demanda de força de trabalho, com destaque para as culturas de cana-de-açúcar, café, grãos e oleaginosas (algodão, arroz, feijão e trigo, principalmente).

Como resultado, a População Economicamente Ativa – PEA ocupada na agricultura do Estado de São Paulo passou de 1.261 mil pessoas, em 1992, para 832 mil, em 2001, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. O fato de a PEA agrícola estar distribuída de forma semelhante entre os domicílios urbanos e rurais (havia um certo predomínio dos urbanos – 54% do total, em 2001) fez com que a queda das ocupações na agricultura paulista fosse sentida tanto nas cidades como no campo (Tabela 1).

Na área rural, especificamente, a população residente encontrou ocupações fora da agricultura, no próprio campo ou nas cidades.¹ Em 2001, os dados da PNAD mostraram que 59,4% da PEA rural paulista (ou 558 mil pessoas) estavam ocupadas fora da agricultura. Desde 1997, houve uma inversão a favor dos trabalhos não-

Tabela 1

Evolução da PEA Ocupada, segundo Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade
Estado de São Paulo – 1992-2001

Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade	PEA Ocupada (em 1.000 pessoas)								1992/2001(1) (% a.a.)
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	
Total	13.694	14.041	14.875	14.801	14.848	14.974	15.186	16.588	2,2
Urbano	12.690	12.979	13.815	13.787	13.868	13.965	14.123	15.649	2,4
Agrícola	649	643	559	589	470	499	511	451	-4,0
Não-agrícola	12.041	12.336	13.256	13.198	13.398	13.465	13.613	15.198	2,6
Rural	1.004	1.062	1.060	1.014	980	1.009	1.063	939	-0,7
Agrícola	612	636	543	527	454	445	472	381	-5,1
Não-agrícola	393	426	517	487	526	564	591	558	4,0

Fonte: Projeto Rurbano. Tabulações Especiais.

(1) Indica 5% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

agrícolas, em detrimento dos agrícolas, culminando com a maior ocupação dos residentes rurais nos mais diversos ramos da atividade econômica.

Em função da forte alteração na estrutura ocupacional da população rural paulista, o objetivo do texto é traçar um panorama geral sobre o comportamento das ocupações agrícolas e não-agrícolas no período entre 1990 e 2002. Com isso, também se pretende fazer uma atualização de trabalhos anteriores que versaram sobre o tema (BALSADI, 1998, 2001b).

TRANSFORMAÇÕES NO MEIO RURAL E SEUS REFLEXOS SOBRE AS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS²

Ao analisar-se o crescimento das ocupações não-agrícolas da PEA rural é bastante comum que se enfoque apenas um dos aspectos relacionados às profundas transformações pelas quais vem passando o meio rural: a clara e forte tendência de queda das ocupações agrícolas. Essa tendência deve-se à modernização e à mecanização das principais operações de cultivo das grandes culturas e também à redução da área cultivada, motivada por crises de algumas culturas e por políticas específicas de controle de excedentes.

No entanto, para melhor entender o grande crescimento das ocupações não-agrícolas da PEA com

domicílio rural, é necessária a inclusão de outros fatores explicativos, os quais se relacionam com a crise na agricultura, com as funções recentemente criadas no meio rural, com a emergência de novos atores, as mudanças nas famílias rurais e nas explorações agropecuárias e as similaridades entre os mercados de trabalho urbano e rural. Esses pontos, somados ao avanço tecnológico que reduz as ocupações agrícolas, ajudam a explicar, de forma mais adequada, por que cada vez mais a PEA rural ocupa-se fora das atividades agropecuárias.

A tendência de queda acentuada dos preços das principais *commodities* e a crise agrícola têm como consequência uma significativa redução da rentabilidade na atividade agropecuária, fato que também contribui para a busca de outras fontes de renda familiar. Segundo Buttel (1990), a crise na agricultura manifesta-se por meio de uma série de fatores, além da tendência de queda dos preços das *commodities* e da subsequente redução no valor da produção agropecuária e na renda dos agricultores: maior endividamento dos produtores; diminuição no preço das terras e demais ativos rurais; além da liquidação de ativos por parte dos agricultores endividados. Para vários países, esses aspectos são agravados pelas altas taxas de juros reais e pelas crises e desmontes dos instrumentos de política agrícola.

Outro aspecto relevante é que o meio rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a ser o local de atividades que eram tipicamente urbanas. Segundo Baptista (1994), o declínio do lugar da agricultura nas atividades e ocupações no espaço rural foi acompanhado pelo surgimento de funções não-agrícolas, tais como os aspectos ambientais e de proteção à natureza, o lazer e o turismo, a caça, a pesca e o acolhimento dos que aí pretendem viver temporária ou permanentemente.

Graziano da Silva et al. (1996), analisando essas novas funções do meio rural, concluíram que já não é possível caracterizá-lo somente como agrário. É preciso incluir outras variáveis, como as atividades rurais não-agrícolas decorrentes da sua crescente urbanização (moradias de alto padrão, turismo rural, lazer e outros serviços), as atividades de preservação do meio ambiente, além de um conjunto de atividades agropecuárias intensivas (olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura, criação de pequenos animais – rã, *escargot* e aves exóticas), que buscam nichos de mercado para sua inserção econômica. Além disso, o comportamento do emprego rural e os movimentos da população do campo não podem mais ser explicados apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Esse conjunto de novas atividades, somado à ocupação da PEA nos setores do comércio, da indústria e da prestação de serviços, públicos e privados, respondem cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural.

Recentes pesquisas indicam que muitas dessas áreas estão rompendo com a idéia clássica de que sempre tendem a perder competitividade e população, pois estão recebendo novos investimentos, atraindo empresas industriais e de serviços e diversificando cada vez mais suas atividades econômicas. Como resultado, há um incremento da população, que passa a não depender exclusivamente da renda advinda da atividade agrícola. A tradicional divisão social do trabalho entre as cidades e as áreas rurais torna-se cada vez mais imprecisa (SARACENO, 1997).

Tem se tornado freqüente o fato de antigos residentes urbanos passarem a viver no meio rural, viajando diariamente para seu trabalho (*commuting*)

pelos mais diferentes motivos (custo de vida, segurança, estilo de vida, etc.), e de empresas – serviços e indústria – mostrarem uma maior propensão a escolher sua locação fora de grandes aglomerados urbanos. O resultado dessas mudanças é que a distribuição do emprego está cada vez menos polarizada e mais similar em ambas as áreas. Do ponto de vista das políticas públicas, uma alteração fundamental é que os programas passam a dar mais atenção ao território do que à polarização anterior entre rural e urbano, ou agrícola e industrial (SARACENO, 1997).

Os motivos da crescente competitividade das economias locais, incluindo as áreas rurais, estão ligados a duas ordens de fatores, segundo Saraceno (1994). A primeira refere-se às razões econômicas, com destaque para: segmentação da demanda para certos produtos no mercado mundial; maior capacidade de resposta a processos de produção não massivos por parte das pequenas e médias empresas; multiplicação de nichos ou mercados garantidos para produtos de áreas protegidas e específicas; possibilidade de maior integração em redes das empresas de diferentes localidades, integrando vantagens especializadas de cada uma; e oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias de comunicação para trabalhar em áreas não-centrais. A segunda ordem de fatores diz respeito à razão social, com a criação de uma demanda por novos usos dos espaços rurais pela população dos grandes centros (lazer, moradia, turismo, etc.).

Devido às novas funções do meio rural, seu destino e sua regulamentação deixaram de ser exclusividade das associações de produtores, pois existem outros grupos sociais com direitos similares em participar da utilização desse espaço (MOYANO ESTRADA; HIDALGO DA SILVA, 1991). Dessa forma, as políticas de desenvolvimento rural não podem ser orientadas somente para os produtores modernos e viáveis, pois a agricultura cumpre papel não apenas produtivo, mas também de manutenção de um tecido social articulado neste espaço. Daí a importância da pluriatividade e das ocupações em atividades não-agrícolas no desenvolvimento das famílias rurais.

Como foi salientado, as estruturas dos mercados de trabalho rural e urbano tendem a ser cada vez mais similares, não somente em relação à importância dos

ramos de atividade das pessoas, mas também à forma de organização do trabalho. Mingione e Pugliese (1987) chamam a atenção para o papel da agricultura em tempo parcial (e depois da pluriatividade) na alteração da base estrutural da organização social da agricultura e das áreas rurais. Ao diminuir a dedicação exclusiva dos membros familiares à atividade agropecuária, crescendo, como contrapartida, as ocupações no mercado de trabalho não-agrícola, houve uma maior homogeneização e mesmo uma unificação dos mercados de trabalho urbano e rural.

A agricultura em tempo parcial e a pluriatividade promovem a articulação entre agricultura e os demais setores econômicos, num contexto territorial que já foi agrícola e rural, passando cada vez mais a ser caracterizado pela presença de diversos ramos de atividade. Nesse espaço, onde rural já não é sinônimo de agrícola, há forte expansão das atividades industriais e de serviços, de tal forma que a difusão de novas tecnologias, que acompanha esse processo, torna cada vez maior a analogia entre os processos de trabalho na agricultura e na indústria e entre os mercados de trabalho urbano e rural.

Processos de produção uniformes, especialização da mão-de-obra, estabilidade no emprego e uso da força de trabalho adulta masculina eram, até pouco tempo, as características marcantes da produção industrial no modelo fordista. Com as mudanças na produção, houve aproximação do modelo de trabalho típico da agricultura (trabalho por conta própria, produção flexível, escassa divisão do trabalho, trabalho de mulheres e jovens, sazonalidade, subemprego, etc.). Esse modelo de trabalho e de emprego generalizou-se para quase todos os setores da economia (PUGLIESE, 1991), sendo perfeitamente compatível com a modernização capitalista. Outras semelhanças entre os mercados de trabalho rural e urbano são a crescente informalização na indústria e nos serviços, a redução da escala de produção, o aumento do emprego por conta própria, a externalização de fases do processo produtivo e o crescimento do número de pessoas pluriativas (PUGLIESE, 1991).

Bonanno (1989) também aborda algumas das características semelhantes entre as estruturas dos mercados de trabalho urbano e rural. Segundo o autor,

apesar de ainda existirem diferenças entre as forças de trabalho urbana e rural, tem sido observado um processo geral de homogeneização do trabalho. As mudanças incluem, primeiramente, uma alteração na regularidade do emprego. Os empregos tradicionais urbanos eram caracterizados como sendo para o ano inteiro e, conseqüentemente, eram qualitativamente diferentes dos empregos agrícolas – largamente sazonais. Hoje, a regularidade do emprego está, no geral, decrescendo e é praticamente ausente nos setores informais e descentralizados que estão emergindo.

As mudanças também envolvem a remuneração do trabalho, que tende a ser menor que no passado. O decréscimo do emprego em empresas centrais e a expansão de indústrias periféricas, assim como do setor de serviços, levaram ao desenvolvimento de uma situação na qual uma porção significativa dos empregos novos disponíveis paga menos, em termos reais. Essa situação contrasta com os padrões estabelecidos no segundo pós-guerra, quando a remuneração abaixo dos níveis salariais estabelecidos por lei ou por acordos sindicais era típica dos trabalhos agrícolas.

Finalmente, as mudanças envolvem os sujeitos do emprego. O aparato produtivo reestruturado, nos âmbitos industriais e de serviços, emprega, de modo crescente, trabalhadores “marginais”. Um grande número de mulheres, idosos, adolescentes e imigrantes ilegais encontra emprego em setores tradicionalmente caracterizados pela presença de trabalhadores masculinos de idade mediana. Esta prática era constante na agricultura, pois esse segmento da classe trabalhadora constitui-se em importante fonte de trabalho em períodos de intensa demanda por mão-de-obra, como na colheita, por exemplo.

As alterações na estrutura da família rural fazem com que ela deixe de ser nucleada e orientada de acordo com uma estratégia única baseada na agricultura. Com isso, as fontes de renda familiar são múltiplas, já que a agricultura constitui apenas uma delas – e, em muitos casos, sequer é a mais importante. O fundamental a destacar aqui é que muitos dos antigos membros familiares não remunerados passaram à condição de empregados, após a liberação da mão-de-obra familiar para as atividades não-agrícolas. Isso ocorreu no Estado de São Paulo, nos anos 1990,

quando houve redução de quase 50% no número de membros familiares ocupados na agricultura e residentes no meio rural, os quais engrossaram as fileiras dos empregados não-agrícolas, categoria mais significativa da PEA rural não-agrícola (BALSADI, 2000).

Arnalte (1996), recuperando as contribuições de estudiosos franceses sobre as modificações nas relações internas das famílias rurais, intimamente ligadas às mudanças nas explorações, chama a atenção para a crescente inserção das mulheres de agricultores em empregos independentes da exploração agropecuária.

Na Europa, constata-se um progressivo distanciamento da mulher em relação ao trabalho agrícola em quase todos os países, o qual tende a ser maior para as mais jovens e com maior nível de formação escolar e profissional. Essa motivação das mulheres, dada por uma opção profissional fora da agricultura, geralmente é responsável pela pluriatividade das famílias rurais. Mesmo não havendo motivações econômicas (no sentido de crise de rentabilidade agrícola), a busca por qualificação e desenvolvimento profissional acaba levando essas pessoas ao mercado de trabalho não-agrícola. Em contrapartida, em alguns países em desenvolvimento, a falta de oportunidades de trabalho na agricultura ainda surge como o principal responsável pela inserção da mulher no trabalho não-agrícola, muitas vezes em condições bastante precárias, como empregadas nos serviços domésticos ou como conta própria em atividades de pequeno comércio e artesanato (GRAZIANO DA SILVA, 1999; WELLER, 1994; LANJOUW, 1999).

Para Reardon e Berdegúé (1999) e Berdegúé et al. (2000), os principais fatores de acesso dos membros familiares às ocupações não-agrícolas são: os incentivos e a relação de risco e rentabilidade dessas atividades *vis-à-vis* às atividades agrícolas; a capacidade para entrar nas atividades não-agrícolas, dada pela formação escolar, nível de renda familiar, posse de ativos, acesso a crédito, etc.; a dinâmica econômica regional no entorno econômico; a quantidade de terra disponível e seu acesso; a composição da família, em termos de idade e gênero dos seus integrantes; e a infra-estrutura social básica na região (eletrificação, estradas, telefones, irrigação, saneamento básico,

água encanada, etc.), necessária ao investimento em novas atividades.

Ellis (1998) chama a atenção para o fato de que a diversificação das rendas das famílias rurais, motivadas por estratégias de sobrevivência ou acumulação, é apenas um componente do aspecto fundamental, que é a própria diversificação dos estilos de vida no meio rural, que passam a incluir alternativas para além das tradicionais atividades agropecuárias. O autor acrescenta outros fatores como determinantes da diversificação das rendas das famílias rurais, além daqueles apontados anteriormente: sazonalidade da renda agrícola; mercados de trabalho diferenciados no entorno socioeconômico; imperfeições no mercado de créditos e poupança familiar realizada no tempo e estratégias de investimento; além das similaridades de comportamento das famílias rurais e urbanas.

Finalmente, as alterações na estrutura das propriedades rurais têm impulsionado boa parte dos membros familiares para as atividades não-agrícolas. Segundo Arnalte (1989), o modelo clássico de redução de custos na agricultura está associado a uma das formas básicas de progresso técnico: a mecanização, junto com uma dimensão mínima das propriedades, abaixo da qual não é rentável o uso dos equipamentos mecânicos. Isso, segundo o autor, explicava a diferenciação de técnicas produtivas entre pequenas e grandes explorações e a conseqüente crise econômica e desaparecimento das primeiras, impossibilitadas de acompanhar o *treadmill* tecnológico, ao menos em regiões onde as condições de topografia dificultam sua orientação para produções menos mecanizadas.

No entanto, alguns autores observam que muitas pequenas e médias propriedades têm conseguido baixar seus custos de produção transferindo às empresas de serviços externos a gestão e execução de parte substancial do processo produtivo, fenômeno chamado de externalização ou desativação de serviços, antes internos às propriedades rurais. Essa mudança na estrutura das explorações atinge também as grandes propriedades.

Com esse processo de externalização, as explorações convertem-se na sede física de uma série de atividades que podem ser realizadas: com máquinas, equipamentos e outros meios de produção que não

pertencem à exploração; com mão-de-obra empregada e paga por empresas externas à exploração; e a partir de decisões (de tipo de cultivo, características das operações culturais) não tomadas pela exploração, senão impostas por indústrias, cooperativas ou empresas comerciais. Portanto, a externalização de serviços coloca novos pontos de análise sobre as explorações agropecuárias, mas um dos mais pertinentes é que ela libera para o mercado de trabalho a mão-de-obra familiar até então ocupada nas explorações agropecuárias.

Arnalte (1989) mostra que a forma de externalização das atividades varia de acordo com a estrutura das explorações. Em função da estrutura agrária e do tamanho das propriedades, esse processo cumpre uma função diferente. É nas regiões de pequenas explorações que a externalização de tarefas mecanizadas contribui de forma mais evidente para a eficiência do processo produtivo e redução de custos de produção, permitindo o aproveitamento de economias de escala associado ao uso de tecnologias mecânicas modernas. Nessas regiões, também ocorrem as mudanças mais substanciais na natureza das explorações (principalmente no tocante à distribuição do trabalho familiar).

Nas regiões de agricultura familiar consolidada, a externalização tem um papel complementar e o uso de tarefas externas centra-se em trabalhos com máquinas especializadas modernas, pois o equipamento mecânico básico é de propriedade dos agricultores. Finalmente, nas regiões de grandes explorações, o processo de externalização visa, principalmente, a mecanismos de gestão da força de trabalho e de redução do emprego assalariado permanente nas explorações. É bastante comum a existência de trabalho precário nas empresas de serviços contratadas para esse fim. No Brasil, as cooperativas de trabalho são bons exemplos da manutenção de condições precárias e da não extensão dos direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fonte dos dados primários utilizados para o estudo da PEA rural agrícola e não-agrícola no Estado

de São Paulo foi a PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Para as atividades selecionadas, todos os dados referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de dez anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa – a última do mês de setembro, normalmente. Os dados mais recentes são de 2001, por este ser o último ano com informações disponíveis dentro dos mesmos critérios metodológicos.

No estudo, adotou-se o conceito de PEA restrita, excluindo-se as pessoas não remuneradas ocupadas menos de 15 horas na semana e também aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução (DEL GROSSI, 1999; GRAZIANO DA SILVA; CAMPANHOLA, 2000). Todos os dados apresentados referem-se à PEA ocupada que, de acordo com o ramo de atividade e local de residência, pode ser classificada como agrícola (se ocupada na agropecuária) ou não-agrícola, rural (se residente em áreas rurais) ou urbana.

Considerou-se como Ocupação Rural Não-Agrícola – Orna aquela exercida por residentes rurais ocupados em atividades fora da agricultura, sejam elas desenvolvidas na área rural ou na urbana. Assim, um pedreiro ou uma empregada doméstica que declare residir no meio rural pode ter o seu local de trabalho no centro urbano próximo.

A análise do comportamento da PEA agrícola foi complementada com as informações do Sensor Rural Seade, boletim quadrimestral que fazia as estimativas da demanda de mão-de-obra por cultura, o que permitiu avaliar quais atividades mais influenciaram a queda das ocupações agrícolas. A metodologia utilizada na estimativa da demanda da força de trabalho agrícola consistiu em se obter, para cada cultura, as exigências de força de trabalho, em homens-dia por hectare, segundo seis grupos de operações (preparo do solo, plantio, capina, outros tratamentos culturais, colheita e beneficiamento). A distribuição relativa desta força de trabalho para os seis grupos de operações durante o ano (calendário agrícola) serviu para captar a sazonalidade do emprego agrícola, além da estimativa da área cultivada no ano considerado.

A multiplicação dos três itens fornece a demanda da força de trabalho por cultura, cujos resultados

finais são expressos em Equivalentes-Homens-Ano – EHA, que correspondem à jornada de trabalho de um homem adulto, por 8 horas, durante 200 dias por ano. Os dados mais recentes são de 2002, por ser o último ano disponível com as informações do Sensor Rural Seade.

OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS DA PEA RURAL PAULISTA

DADOS DA PNAD

Como foi salientado inicialmente, o crescimento das ocupações não-agrícolas da PEA rural no Estado de São Paulo no período analisado manifestou-se com grande magnitude (4,0% ao ano no período compreendido entre 1992 e 2001). O crescimento foi tão intenso que, num período de apenas cinco anos (entre 1992 e 1997), as ocupações não-agrícolas dos residentes no meio rural paulista superaram as agrícolas.

Pode-se notar que, desde 1997, o número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas é superior ao de ocupadas na agricultura.³ No período entre 1992 e 2001, as ocupações agrícolas da PEA rural diminuíram de 612 mil para 381 mil (-5,1% ao ano). Também a PEA agrícola com residência urbana teve forte decréscimo (-4,0% ao ano, passando de 649 mil para 451 mil pessoas ocupadas). O mau desempenho para as ocupações agrícolas resultou em redução do número de pessoas ocupadas, que passou de 1.261 mil, em 1992, para 832 mil, em 2001.

Claramente, os principais ramos de atividade não-agrícola da PEA rural paulista são os de prestação de serviços e indústria de transformação, seguidos do comércio de mercadorias e da indústria da construção. Com exceção do ramo “outras atividades industriais”, que teve redução de 7,7% ao ano no número de ocupados, todos os demais ramos de atividade apresentaram elevado crescimento no período entre 1992 e 2001.

Um aspecto interessante é que a taxa de crescimento da prestação de serviços ficou abaixo daquela do total das ocupações não-agrícolas. Apesar de continuar sendo o principal ramo de atividade não-agrícola, sua participação diminuiu de 37,9%, em 1992,

para 30,8%, em 2001. O mesmo ocorreu com a indústria de transformação, que também perdeu importância relativa no total da ocupação da PEA rural. Assim, foram outros os ramos que mais cresceram (comércio de mercadorias, construção civil e serviços sociais, por exemplo) e mesmo outros setores dentro da prestação de serviços, que não o emprego doméstico.

Para o emprego doméstico vale o mesmo comentário. Entre 1992 e 2001, o número de ocupações cresceu 30 mil. Ele continua sendo o principal setor, mas diminuiu sua participação relativa na ocupação da PEA rural paulista, que caiu de 23,9% para 22,2%, indicando que outros setores estão ganhando maior importância. Portanto, o aumento total das ocupações não-agrícolas (165 mil pessoas ocupadas) foi cerca de cinco vezes maior que o aumento do número de pessoas ocupadas no emprego doméstico.

Para Graziano da Silva (1999), a grande participação do emprego doméstico nas atividades não-agrícolas no meio rural aponta para três condições distintas e não necessariamente excludentes: a dificuldade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, no qual os atributos ligados à resistência física ainda são muito importantes para a força de trabalho não qualificada; o crescimento das moradias da população de alta renda nas zonas rurais, seja como chácara de fim-de-semana ou como condomínios de alto padrão para as famílias que procuram uma qualidade de vida melhor que a proporcionada pelos grandes aglomerados urbanos; e o aumento da população de baixa renda que trabalha em áreas urbanas, mas reside na zona rural em função das facilidades que encontram para conseguir terreno mais barato para a autoconstrução.

O desempenho da construção civil, que cresceu 10,5% ao ano, é outro bom indicador do aumento das atividades de caráter tipicamente urbano no meio rural paulista (segunda residência em chácaras e condomínios, instalação de indústrias, construção de hotéis-fazenda, pesque-pague e infra-estrutura para o turismo, como é o caso dos parques temáticos).

Outro ramo de atividade que cresceu bastante no período analisado foi o de comércio de mercadorias (7,4% ao ano). Nesse ramo estão setores muito diver-

Tabela 2

Evolução da PEA Rural Ocupada, segundo Área e Ramos de Atividade
Estado de São Paulo – 1992-2001

Área e Ramos de Atividades	PEA Rural Ocupada (em 1.000 pessoas)								1992/2001 (% a.a.)
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	
Total	393	426	517	487	526	564	591	558	(1) 4,0
Prestação de Serviços	149	146	169	162	203	178	202	172	1,7
Indústria de Transformação	90	114	129	107	101	119	113	121	3,4
Comércio de Mercadorias	41	46	53	52	61	77	73	77	(1) 7,4
Indústria da Construção	29	35	61	52	57	55	64	72	(1) 10,5
Serviços Sociais	23	31	46	41	35	48	51	31	3,5
Transporte ou Comunicação	26	14	20	27	24	29	20	31	1,8
Serviços Auxiliares	5	10	7	9	12	18	22	18	(1) 15,8
Administração Pública	16	15	20	14	19	16	24	20	2,8
Outras Atividades	6	5	6	11	5	9	12	10	6,9
Outras Atividades Industriais	9	9	6	13	10	14	10	4	-7,7

Fonte: Projeto Rurbano. Tabulações Especiais.

(1) Indica 5% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

sificados, que comercializam mercadorias tanto para o consumo pessoal dos residentes quanto para uso no processo produtivo na agropecuária.

No ramo de serviços sociais, que cresceu 3,5% ao ano, o principal destaque foi o setor de estabelecimentos de ensino público. Outros ramos de atividade também tiveram crescimento em termos de ocupação da PEA rural não-agrícola no meio rural paulista: o de transportes e comunicação, em que merecem destaque os setores de transporte público e transportes de carga; o de administração pública, muito influenciado pelo setor da administração municipal; e o de serviços auxiliares.

É interessante observar a grande diversidade de ramos e setores de atividades não-agrícolas nos quais a PEA rural paulista tem conseguido se ocupar, mui-

tos deles sem nenhum vínculo direto com a produção agropecuária. Os diferentes graus de exigência de escolaridade e qualificação profissional abrem possibilidades para a grande diversidade de trabalhadores com residência rural, os quais, muitas vezes, não preenchem requisitos muito rígidos de contratação profissional.

Com isso, notam-se as dinâmicas responsáveis pelo crescimento das ocupações não-agrícolas da população residente no meio rural paulista, que referem-se:

- às atividades econômicas diretamente vinculadas à agricultura, fornecendo bens e serviços utilizados como insumos da produção e, também, processando, comercializando e transportando os produtos agropecuários;

- às ocupações geradas pelo consumo da população rural, incluindo tanto os bens e serviços de consumo como os serviços auxiliares para o consumo de bens urbanos (transporte, comércio, etc.);
- ao “excedente” da mão-de-obra rural, que busca ocupações não-agrícolas no próprio meio rural, ou urbano, principalmente na prestação de serviços, sem abandonar a unidade familiar;
- à demanda por bens e serviços não vinculados diretamente à produção agropecuária, como o artesanato, o lazer e o turismo rural;
- à expansão dos serviços públicos para as zonas rurais;
- à demanda por terras para uso não-agrícola por parte das (agro)indústrias e empresas prestadoras de serviços;
- à demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas proximidades das cidades e que possuem infra-estrutura mínima de transportes e de serviços públicos;
- à demanda da população urbana de alta renda por áreas de segunda residência, bem como pelos serviços relacionados a elas e;
- às novas atividades agropecuárias, voltadas para nichos de mercado.

As referidas dinâmicas distinguem-se quanto às atividades diretamente envolvidas, ao deslocamento espacial das pessoas, ao caráter das iniciativas (imobiliárias, comerciais ou industriais) e ao tipo de produtos e serviços de consumo corrente transacionados no meio rural. Essas dinâmicas relacionam-se aos amplos processos de industrialização da agricultura, ao reajuste do setor industrial, bem como à mudança do padrão de consumo da população (urbana e rural), os quais, no conjunto, vêm alterando a estrutura ocupacional do meio rural paulista (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 1999).

Em função do exposto, o meio rural paulista não pode mais ser considerado apenas como o conjunto das tradicionais atividades agropecuárias, pois ganhou novas funções (e, conseqüentemente, novas ocupações para os seus residentes), como: propiciar lazer por meio dos pesque-pague, hotéis-fazenda e chácaras de fins de semana; dar moradia a um seg-

mento crescente da classe média alta (condomínios rurais); abrigar atividades de preservação e conservação ambiental, que propiciam o desenvolvimento do turismo rural, além da criação de parques estaduais e estações ecológicas; sediar um conjunto de atividades tipicamente urbanas, crescentes em função da homogeneização dos mercados de trabalho urbano e rural.

DADOS DO SENSOR RURAL

A partir dos dados do Sensor Rural, boletim quadrimestral da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade, é possível observar quais foram as culturas que mais influenciaram na queda das ocupações agrícolas nos anos 1990.

Pode-se notar que a demanda de mão-de-obra vem apresentando queda ao longo dos anos 1990, reforçando os dados das PNADs. A incorporação das modernas tecnologias disponíveis para os agricultores, principalmente para as operações de colheita e pós-colheita, e a queda da área cultivada de importantes culturas provocaram forte exclusão de trabalhadores do processo produtivo na agropecuária paulista. As principais reduções das ocupações agrícolas ocorreram nas culturas de cana-de-açúcar (após 1995, com a crise do setor e a intensificação do uso de colhedoras mecânicas na colheita da cana crua), café, grãos e oleaginosas.

A cana-de-açúcar é a principal cultura demandadora de mão-de-obra na agricultura paulista. O bom desempenho da atividade, principalmente na primeira metade da década de 1990, deu-se em razão do expressivo crescimento da produção de açúcar, impulsionado pelos bons preços internacionais e pela queda na produção de importantes países produtores. Pelo seu peso na geração de empregos, as mudanças que estão ocorrendo no processo produtivo da cana-de-açúcar devem provocar impactos nas regiões onde é cultivada. A mecanização da colheita de cana crua e da operação de plantio, que são as atividades que mais empregam trabalhadores no processo produtivo agrícola, deve causar uma queda sensível no nível de emprego na atividade.

O café registrou o pior desempenho no período compreendido entre 1990 e 1995, quando os baixos

Tabela 3

Evolução da Demanda da Força de Trabalho Agrícola, segundo Culturas
Estado de São Paulo – 1990-2002

Culturas	E H A (equivalentes-homens-ano)						1990	2002	1990-2002
	1990	1993	1995	1998	2000	2002	(%)	(%)	Variação (%)
Total	802.710	763.470	814.340	738.365	687.978	705.570	100,0	100,0	-12,1
Abacaxi	140	350	860	655	735	974	0	0,1	596,0
Algodão	53.570	24.050	30.190	17.984	5.743	5.376	6,7	0,8	-90,0
Alho	293	277	277	-	0	-
Amendoim	6.740	6.740	7.450	7.414	6.429	6.096	0,8	0,9	-9,6
Arroz	15.540	13.670	11.280	4.972	5.230	4.329	1,9	0,6	-72,1
Banana	22.440	17.780	18.150	23.986	27.706	27.468	2,8	3,9	22,4
Batata	8.400	8.430	9.220	5.687	5.500	5.836	1,0	0,8	-30,5
Café	164.420	115.270	96.070	117.423	110.119	100.393	20,5	14,2	-38,9
Cana-de-açúcar	287.710	309.740	360.820	231.449	222.734	250.907	35,8	35,6	-12,8
Cebola	15.720	15.500	15.030	4.608	4.020	3.542	2,0	0,5	-77,5
Chá	3.090	2.800	2.460	2.555	2.333	1.355	0,4	0,2	-56,1
Eucalipto	28.440	30.600	29.610	29.220	30.981	33.228	3,5	4,7	16,8
Feijão	32.630	25.590	21.070	18.147	15.467	18.198	4,1	2,6	-44,2
Figo	1.700	910	390	594	590	545	0,2	0,1	-67,9
Fumo	166	174	275	-	0	-
Goiaba	2.300	1.240	2.320	2.900	3.214	2.674	0,3	0,4	16,2
Laranja	54.200	64.910	62.030	93.860	77.237	78.921	6,8	11,2	45,6
Maçã	210	209	138	-	0	-
Mamona	1.850	250	90	104	401	130	0,2	0	-93,0
Mandioca	4.960	8.230	9.750	8.690	11.164	9.562	0,6	1,4	92,8
Maracujá	990	2.090	2.320	1.892	1.655	1.328	0,1	0,2	34,1
Melancia	1.640	2.200	1.780	3.050	2.715	1.775	0,2	0,3	8,2
Milho	17.820	18.680	18.200	25.294	25.385	24.510	2,2	3,5	37,5
Morango	6.360	4.754	5.002	-	0,7	-
Olerícolas (1)	37.580	54.100	73.070	78.644	70.322	67.476	4,7	9,6	79,6
Pêssego	1.850	1.120	1.610	3.236	2.700	2.487	0,2	0,4	34,4
Pinus	6.700	6.880	5.590	4.362	5.326	4.707	0,8	0,7	-29,7
Seringueira	2.450	4.900	6.670	10.602	11.381	12.153	0,3	1,7	396,1
Soja	10.070	8.670	9.310	8.689	8.814	9.457	1,3	1,3	-6,1
Sorgo	281	476	434	-	0,1	-
Tomate rasteiro	1.340	920	900	790	642	582	0,2	0,1	-56,6
Trigo	1.600	420	210	107	89	223	0,2	0	-86,1
Uva	16.820	17.430	17.890	24.141	23.455	25.212	2,1	3,6	49,9

Fonte: Fundação Seade.

(1) Inclui abóbora, abobrinha, alface, batata-doce, berinjela, beterraba, brócolis, cenoura, chuchu, couve, couve-flor, milho verde, mandioquinha, pepino, pimentão, quiabo, repolho, tomate envarado e vagem.

Nota: No período 1990-1992, trabalhou-se apenas com o nível tecnológico médio devido à impossibilidade de utilização dos fatores de ponderação para os diferentes níveis tecnológicos (alto, médio e baixo). A partir de 1993, já incorporando os dados obtidos em pesquisa de campo, passou-se a considerar os fatores de ponderação.

Algumas discrepâncias nos valores de EHA (equivalentes-homens-ano) para algumas culturas são decorrência deste fato.

[...] Dado não disponível.

preços, juntamente com problemas fitossanitários e climáticos, como geadas, fizeram com que muitos agricultores erradicassem suas plantações. A partir de então, com a melhoria dos preços de comercialização, a cultura do café começou a recuperar-se, mostrando inclusive uma reversão na tendência de redução da área cultivada.⁴ No replantio de cafezais no território paulista, destaca-se o café adensado, cuja tecnologia adotada, além de propiciar grande aumento da produção física, é mais adequada para a utilização das derriçadeiras a ar comprimido e das novas colhedoras desenvolvidas para a mecanização da colheita. Ou seja, também para o café, no médio prazo, a tendência de aumento do emprego agrícola verificada no período após 1995 pode ser revertida com a adoção da colheita mecanizada.

Os grãos e oleaginosas apresentaram fraco desempenho no período analisado. As maiores quedas na demanda da força de trabalho agrícola foram registradas nas culturas de algodão, mamona e trigo, que apresentam, atualmente, área cultivada pouco expressiva no Estado de São Paulo. As culturas de feijão e arroz também tiveram grandes reduções na demanda de mão-de-obra, sendo o comportamento da última explicado pela maior queda registrada para o arroz de sequeiro, normalmente uma atividade de maior risco e baixa tecnologia empregada no processo produtivo.

As menores quedas na demanda da força de trabalho entre os grãos e oleaginosas foram observadas nas culturas de amendoim, devido à sua utilização na renovação dos canaviais, e de soja, em função de bons preços de comercialização em alguns anos. A cultura de milho foi a única exceção entre os grãos e oleaginosas, apresentando aumento da demanda de mão-de-obra. A expansão da “safrinha” e os ganhos de produtividade compensaram a pequena redução na área cultivada.

O eucalipto, matéria-prima fundamental para um grande complexo agroindustrial paulista, que é o de papel e celulose, apresentou comportamento relativamente estável. Os principais destaques, em termos de crescimento das ocupações, ficaram para a laranja, olerícolas e frutíferas, sendo que este último grupo tem grande importância regional na ocupação da

mão-de-obra agrícola. Em conjunto, as culturas de abacaxi, banana, figo, goiaba, maracujá, melancia, pêssego e uva responderam por quase 10% do total da demanda de mão-de-obra, apesar de ocuparem apenas 1% da área total cultivada com as principais culturas no Estado, mostrando que são atividades extremamente intensivas em mão-de-obra. Os contratos de produção com as agroindústrias fabricantes de compotas, doces e sucos, além do próprio aumento do consumo *in natura* desses produtos, têm permitido a expansão da área cultivada com a fruticultura.

A laranja teve o desempenho determinado pelos bons preços internacionais do suco concentrado no início dos anos 1990, quando os produtores receberam os maiores preços pagos pela caixa da fruta. No entanto, desde a quebra do contrato padrão com as indústrias e com a queda dos preços, muitos pequenos citricultores estão abandonando a atividade. A incidência de doenças, como o cancro cítrico e o amarelhinho, e a não colheita de boa parte da safra em 1999 e 2000, devido ao excesso de suco concentrado em poder das indústrias, também comprometeram a citricultura em várias regiões produtoras do Estado, com exceção das áreas onde predominam médios e grandes produtores e da produção própria das indústrias, que têm apresentado condições de melhorar sua produtividade.

Na produção de verduras e legumes – orgânicos ou não – tem sido comum o cultivo em estufas e pelo método de hidroponia, que são sistemas de produção altamente intensivos em mão-de-obra; esta foi a atividade com crescimento mais expressivo nos anos 1990. Essa produção concentra-se no “cinturão verde” e seu aumento foi uma resposta à grande expansão e diferenciação do mercado consumidor, puxado, em grande medida, pelas redes de *fast food*, alguns grandes supermercados e por um mercado consumidor de alta renda localizado na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP. Como as frutíferas, esse grupo ocupa algo em torno de 1% a 2% da área cultivada, mas também responde por cerca de 10% do total da mão-de-obra na agricultura paulista.

A produção de frutas, incluindo a laranja, e de olerícolas demandou quase um terço da força de trabalho empregada na agricultura, em área equiva-

Tabela 4

Evolução da Área Cultivada, segundo Culturas
Estado de São Paulo – 1990-2002

Culturas	Área (1.000 ha)						1990 (%)	2002 (%)	1990-2002 Variação (%)
	1990	1993	1995	1998	2000	2002			
Total	7.265,7	7.084,6	7.274,4	7.370,2	7.285,3	7.505,4	100,0	100,0	3,3
Abacaxi	0,7	2,0	3,8	2,8	3,2	4,2	0	0,1	547,7
Algodão	300,8	142,6	179,7	123,1	65,8	61,6	4,1	0,8	-79,5
Alho	0,3	0,3	0,3	-	0	-
Amendoim	68,5	70,9	79,1	88,3	76,6	72,6	0,9	1,0	6,0
Arroz	219,1	167,2	132,1	54,7	49,6	37,8	3,0	0,5	-82,8
Banana	43,2	41,3	40,1	55,1	63,7	63,0	0,6	0,8	46,1
Batata	25,5	25,6	27,9	29,0	27,8	29,4	0,4	0,4	15,3
Café	504,0	314,6	268,5	314,7	345,7	333,9	6,9	4,4	-33,8
Cana-de-açúcar	2.111,1	2.353,2	2.707,5	2.880,5	2.822,1	3.071,7	29,1	40,9	45,5
Cebola	15,0	14,9	14,4	12,2	10,6	9,3	0,2	0,1	-37,5
Chá	5,8	5,1	4,4	4,1	3,7	2,2	0,1	0,0	-62,8
Eucalipto	640,1	726,6	696,4	703,6	723,6	744,1	8,8	9,9	16,2
Feijão	367,7	305,6	237,1	208,6	179,7	210,1	5,1	2,8	-42,8
Figo	1,7	1,2	0,4	0,6	0,6	0,6	0	0	-66,5
Fumo	0,2	0,2	0,4	-	0	-
Goiaba	2,3	1,6	3,2	3,8	4,2	3,4	0	0	52,2
Laranja	695,6	799,2	763,5	874,6	826,1	786,5	9,6	10,5	13,1
Maçã	0,4	0,4	0,2	-	0	-
Mamona	12,0	1,8	0,7	0,7	2,8	0,9	0,2	0	-92,3
Mandioca	36,1	41,7	49,3	46,4	59,6	51,1	0,5	0,7	41,7
Maracujá	1,8	4,3	4,8	3,9	3,4	2,7	0	0	55,7
Melancia	4,7	6,3	5,1	8,7	7,8	5,1	0,1	0,1	8,5
Milho	1.151,1	1.189,0	1.200,0	1.081,5	1.081,9	1.060,2	15,8	14,1	-7,9
Morango	0,9	0,7	0,7	-	0	-
Olerícolas (1)	36,2	50,8	70,7	84,5	78,3	72,8	0,5	1,0	101,2
Pêssego	1,9	1,5	2,1	4,0	3,4	3,1	0	0	64,5
Pinus	232,1	225,2	181,5	144,1	170,9	151,6	3,2	2,0	-34,7
Seringueira	24,6	30,8	31,7	35,7	36,1	35,5	0,3	0,5	44,2
Soja	561,2	498,6	530,7	527,2	535,0	573,7	7,7	7,6	2,2
Sorgo	42,9	72,7	66,2	-	0,9	-
Tomate rasteiro	8,3	5,7	5,6	4,9	3,9	3,6	0,1	0	-56,8
Trigo	185,4	47,7	23,9	16,9	14,0	35,2	2,6	0,5	-81,0
Uva	9,6	9,8	10,2	11,3	10,9	11,6	0,1	0,2	21,8

Fonte: Fundação Seade.

(1) Inclui abóbora, abobrinha, alface, batata-doce, berinjela, beterraba, brócolis, cenoura, chuchu, couve, couve-flor, milho verde, mandioquinha, pepino, pimentão, quiabo, repolho, tomate enervado e vagem.

Nota: No período 1990-1992, trabalhou-se apenas com o nível tecnológico médio devido à impossibilidade de utilização dos fatores de ponderação para os diferentes níveis tecnológicos (alto, médio e baixo). A partir de 1993, já incorporando os dados obtidos em pesquisa de campo, passou-se a considerar os fatores de ponderação.

Algumas discrepâncias nos valores de EHA (equivalentes-homens-ano) para algumas culturas são decorrência deste fato.

[...] Dado não disponível.

lente a apenas 14% do total cultivado com as principais culturas.

Como pode ser observado no Gráfico 1, com exceção do eucalipto, da laranja, das olerícolas e das frutíferas, as demais atividades sofreram grande redução das ocupações agrícolas no Estado de São Paulo no período 1990-2002, especialmente a cana-de-açúcar, o café e os grãos e oleaginosas (algodão, arroz, feijão e trigo, principalmente).

É interessante notar que o grupo dos grãos e oleaginosas bem como o das frutíferas e das olerícolas têm participações semelhantes na demanda da força de trabalho agrícola. No entanto, as participações na área total cultivada são absolutamente distintas: enquanto o primeiro grupo tem participação de 28,2%, o segundo responde por apenas 2,3%. A diferença básica entre os grupos é que as frutíferas e olerícolas são grandes empregadoras por unidade de área (muito intensivas em mão-de-obra), ao passo que os grãos e oleaginosas,

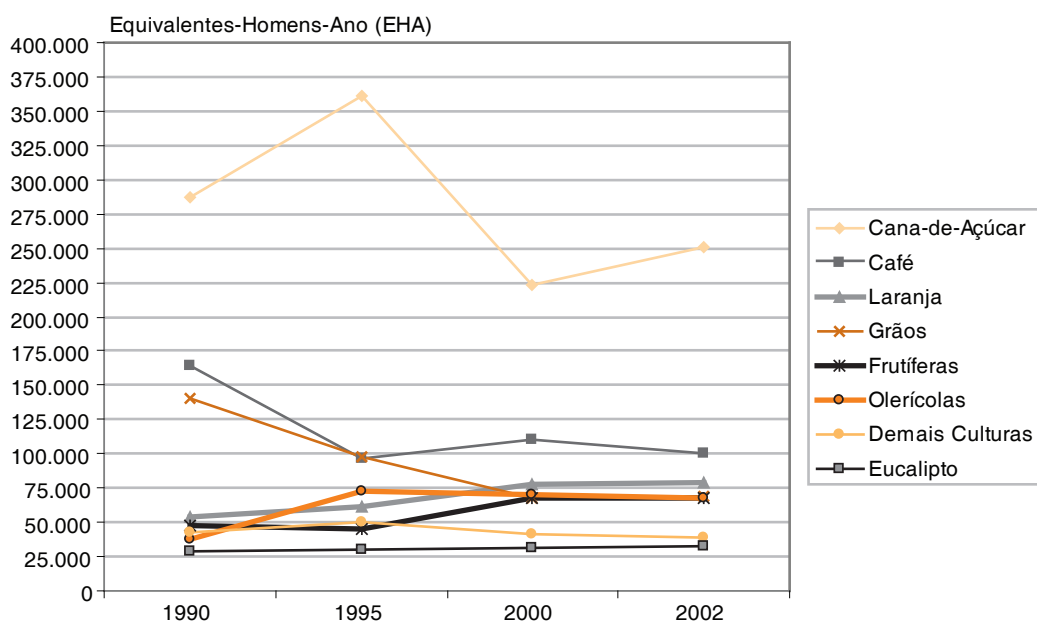
de forma geral, já passaram por intenso processo de mecanização de quase todas as operações de cultivo, desde o preparo do solo até a colheita (Gráfico 2).

O caráter intensivo em mão-de-obra das olerícolas e frutíferas pode ser observado com mais detalhes no Gráfico 3, que mostra a demanda de mão-de-obra agrícola por unidade de área (no caso, Equivalentes-Homens-Ano por cem hectares). Esse indicador de demanda de força de trabalho reforça o papel dessas atividades como fontes potenciais de geração de emprego nas áreas rurais, principalmente naquelas que passam por problemas de reconversão produtiva.

Pode-se notar que, apesar da redução da demanda por unidade de área no período analisado, as olerícolas utilizam dez vezes mais mão-de-obra do que a média estadual obtida com todas as culturas. No caso das frutíferas, a demanda chega a ser quase sete vezes maior. Por outro lado, as atividades menos intensivas em força de trabalho são os grãos e o eucalipto. Além

Gráfico 1

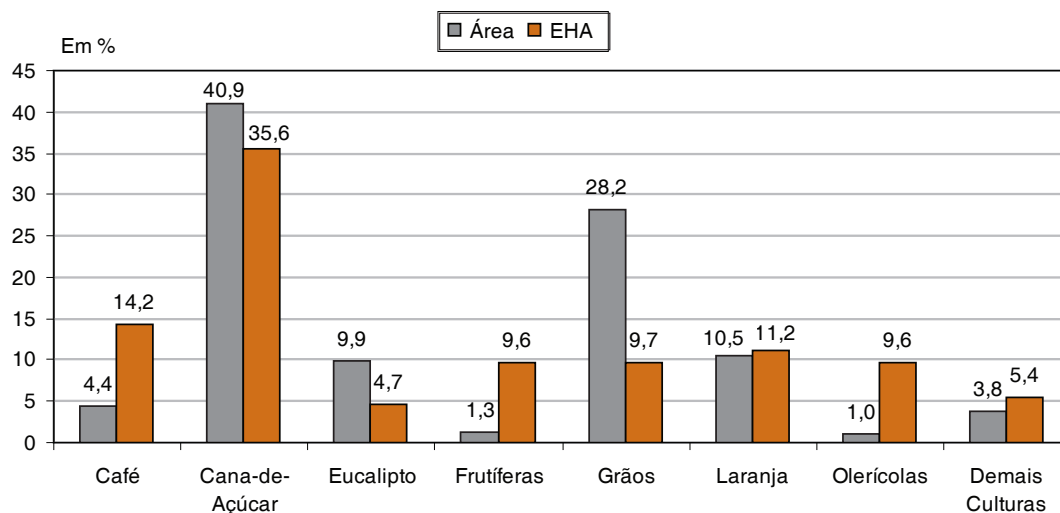
Evolução da Demanda da Força de Trabalho Agrícola, por Principais Culturas
Estado de São Paulo – 1990-2002



Fonte: Elaboração dos autores.

Gráfico 2

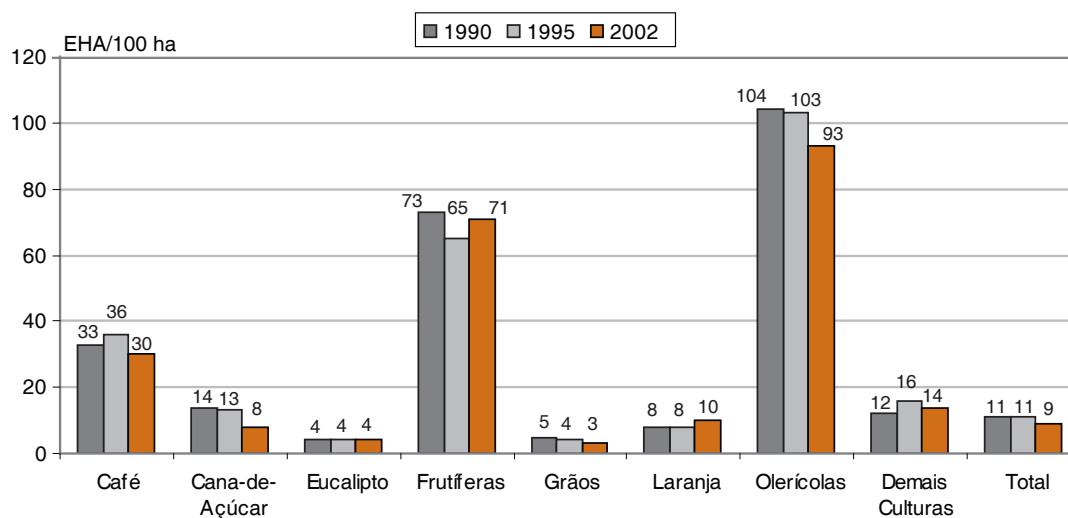
Participação Relativa das Principais Culturas, por Área Cultivada e Demanda de Força de Trabalho
Estado de São Paulo – 2002



Fonte: Elaboração dos autores.

Gráfico 3

Demanda de Mão-de-Obra Agrícola, segundo Principais Culturas
Estado de São Paulo – 1990-2002



Fonte: Elaboração dos autores.

de serem muito intensivas em mão-de-obra, a sazonalidade da demanda de mão-de-obra é muito baixa na olericultura e fruticultura. As atividades são bem distribuídas por quase todos os meses do ano, fazendo com que ocupação da mão-de-obra contratada e dos familiares seja praticamente constante durante o processo produtivo.

Outro fato interessante mostrado pelo Gráfico 3 é que, na última década, houve forte introdução de inovações tecnológicas na agricultura paulista, pois quase todas as atividades apresentaram redução da demanda por cem hectares (a média estadual caiu de 11 EHA, em 1990, para 9 EHA, em 2002). A pequena redução do café pode ser creditada ao crescimento do cultivo adensado – mais intensivo em mão-de-obra –, e ao fato de que ainda é relativamente baixo o uso da colheita mecânica no Estado de São Paulo. O comportamento da laranja também pode ser explicado por motivos semelhantes: ausência de colheita mecânica e melhoria nos tratamentos culturais, com maior adensamento de cultivo.

Com essas considerações, não se pretende afirmar que as frutíferas e as olerícolas serão a “tábua de salvação” contra a queda do emprego agrícola, motivada pelas crises nas grandes culturas. O que se quer ressaltar é que, num momento de grande dificuldade de geração de ocupações agrícolas com boa qualidade de emprego, as políticas para o meio rural, em geral, e para a agricultura, em particular, não podem desconsiderar essas atividades como alternativas reais de ocupação e renda. O mercado consumidor (interno e externo) para tais produtos tem se mostrado muito promissor, especialmente quando se considera a procura por alimentos mais saudáveis.

Em resumo, a crise da citricultura paulista nos anos recentes e a mecanização dos grãos e oleaginosas, da colheita da cana e do café reforçam o cenário de queda das ocupações agrícolas no médio prazo. Também deve ser mencionado um elemento fundamental desse crescimento da mecanização da colheita das culturas, além da pressão contra a queimada da cana e a busca por redução de custos e aumento de competitividade: a defasagem cambial com a forte valorização do Real no período compreendido entre 1994 e 1998, fato que possibilitou a importação mui-

to barata de máquinas e equipamentos desenvolvidos no exterior para utilização na colheita. Mesmo que esse processo sofra um arrefecimento, as atividades intensivas em trabalho (olerícolas e frutíferas), apesar de gerarem muito mais emprego por unidade de área, não conseguem compensar a redução das ocupações nas grandes culturas, de modo que o cenário futuro deve se agravar principalmente nas regiões monocultoras do Estado.

Para finalizar este item, vale mencionar que, na atividade pecuária, a demanda de mão-de-obra apresentou um padrão mais estável, sendo as maiores variações observadas na bovinocultura de leite e na avicultura de postura. As atividades ligadas à bovinocultura são as maiores demandantes: reforma de pastagens, bovinocultura de corte e de leite respondem por mais de 90% da demanda de força de trabalho na pecuária paulista (ou 131.852 EHA de um total de 146.050 EHA demandados em 2001). As oscilações na atividade leiteira deveram-se, num primeiro momento, ao câmbio sobrevalorizado no período entre 1994 e 1998, que favoreceu as importações, especialmente da Argentina e do Uruguai. Num segundo momento, a queda foi em razão da redução do rebanho e de sua migração para outros Estados, particularmente para o Centro-Oeste.

CONCLUSÕES

Os dados das PNADs mostraram que, nos anos 1990, consolidou-se uma mudança estrutural, que já estava em curso desde meados da década de 1980, nas ocupações da população economicamente ativa residente no meio rural paulista.

A forte redução das ocupações agrícolas, motivada pela mecanização crescente do processo produtivo na agropecuária e pela diminuição da área cultivada com importantes culturas, juntamente com as marcantes transformações pelas quais vem passando o meio rural no Estado de São Paulo (crise de rentabilidade da agricultura, novas funções de moradia, lazer e turismo no meio rural, mudanças nas famílias, alterações na estrutura das propriedades, homogeneização dos mercados de trabalho urbano e rural) produziram

Tabela 5

Evolução da Demanda da Força de Trabalho Agrícola, segundo Culturas
Estado de São Paulo – 1990-2002

Culturas	E H A (equivalentes-homens-ano)												
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total	802.710	799.430	799.710	763.470	803.238	814.340	811.295	713.279	738.365	732.171	687.978	686.239	705.570
Abacaxi	140	210	310	350	637	860	537	813	655	710	735	871	974
Algodão	53.570	39.450	39.000	24.050	25.166	30.190	19.848	12.018	17.984	10.491	5.743	6.052	5.376
Alho	201	293	319	277	189	277
Amendoim	6.740	7.600	8.340	6.740	6.486	7.450	6.083	5.750	7.414	6.377	6.429	7.155	6.096
Arroz	15.540	13.450	13.400	13.670	11.790	11.280	9.215	7.407	4.972	5.448	5.230	5.252	4.329
Banana	22.440	23.950	21.030	17.780	20.228	18.150	20.571	22.753	23.986	25.475	27.706	26.631	27.468
Batata	8.400	9.000	8.760	8.430	8.984	9.220	8.994	5.660	5.687	6.148	5.500	5.723	5.836
Café	164.420	142.290	120.080	115.270	103.960	96.070	94.909	109.370	117.423	122.648	110.119	92.535	100.393
Cana-de-Açúcar	287.710	297.530	324.370	309.740	343.152	360.820	368.961	233.049	231.449	219.406	222.734	242.494	250.907
Cebola	15.720	16.040	12.660	15.500	15.246	15.030	13.082	4.476	4.608	4.233	4.020	3.079	3.542
Chá	3.090	4.120	3.090	2.800	2.740	2.460	2.046	2.508	2.555	2.554	2.333	2.189	1.355
Eucalipto	28.440	33.270	36.000	30.600	28.520	29.610	31.112	29.296	29.220	30.994	30.981	33.228	33.228
Feijão	32.630	30.140	29.260	25.590	29.247	21.070	15.965	18.983	18.147	20.993	15.467	18.198	18.198
Figo	1.700	1.390	1.230	910	860	390	360	456	594	590	590	532	545
Fumo	164	166	139	174	275	275
Goiaba	2.300	2.420	2.240	1.240	2.310	2.320	2.378	3.812	2.900	2.982	3.214	2.968	2.674
Laranja	54.200	58.890	59.690	64.910	57.493	62.030	72.735	92.212	93.860	94.376	77.237	72.696	78.921
Maçã	323	210	238	209	138	138
Mamona	1.850	1.620	1.300	250	209	90	167	138	104	87	401	282	130
Mandioca	4.960	5.960	5.650	8.230	10.264	9.750	7.888	7.108	8.690	9.359	11.164	11.397	9.562
Maracujá	990	1.420	2.410	2.090	2.160	2.320	2.905	2.041	1.892	1.715	1.655	1.192	1.328
Melancia	1.640	1.740	1.670	2.200	2.380	1.780	1.997	3.621	3.050	3.242	2.715	2.621	1.775
Milho	17.820	23.120	22.040	18.680	20.163	18.200	16.115	25.391	25.294	25.997	25.385	25.882	24.510
Morango	5.780	6.360	6.445	4.754	5.002	5.002
Olerícolas (1)	37.580	45.230	46.650	54.100	70.320	73.070	72.220	74.073	78.644	79.041	70.322	66.069	67.476
Pêssego	1.850	1.840	2.430	1.120	1.920	1.610	2.105	1.871	3.236	2.720	2.700	2.486	2.487
Pinus	6.700	7.100	5.800	6.880	6.244	5.590	6.086	4.460	4.362	4.975	5.326	4.707	4.707
Seringueira	2.450	3.650	4.230	4.900	5.946	6.670	7.508	9.063	10.602	11.003	11.381	11.548	12.153
Soja	10.070	8.890	8.360	8.670	8.560	9.310	8.533	7.867	8.689	8.449	8.814	8.703	9.457
Sorgo	243	281	336	476	441	434
Tomate Rasteiro	1.340	1.240	1.180	920	1.035	900	746	688	790	699	642	518	582
Trigo	1.600	800	590	420	312	210	232	78	107	127	89	145	223
Uva	16.820	17.070	17.940	17.430	16.907	17.890	17.997	21.606	24.141	23.855	23.455	25.041	25.212

Fonte: Fundação Seade.

(1) Inclui abóbora, abobrinha, alface, batata-doce, berinjela, beterraba, brócolis, cenoura, chuchu, couve, couve-flor, milho verde, mandioquinha, pepino, pimentão, quiabo, repolho, tomate envarado e vagem.

Nota: No período 1990-1992, trabalhou-se apenas com o nível tecnológico médio devido à impossibilidade de utilização dos fatores de ponderação para os diferentes níveis tecnológicos (alto, médio e baixo). A partir de 1993, já incorporando os dados obtidos em pesquisa de campo, passou-se a considerar os fatores de ponderação.

Algumas discrepâncias nos valores de EHA (equivalentes-homens-ano) para algumas culturas são decorrência deste fato.

[...] Dado não disponível.

Tabela 6

Evolução da Área Cultivada, segundo Culturas
Estado de São Paulo – 1990-2002

Culturas	Área (1.000 ha)												
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total	7.265,7	7.381,2	7.266,1	7.084,6	7.287,5	7.274,4	7.227,0	7.190,9	7.370,2	7.288,0	7.285,3	7.466,7	7.505,4
Abacaxi	0,7	1,1	1,6	2,0	3,2	3,8	2,6	3,5	2,8	3,1	3,2	3,8	4,2
Algodão	300,8	221,5	219,0	142,6	149,3	179,7	119,0	82,3	123,1	71,8	65,8	69,3	61,6
Alho	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3
Amendoim	68,5	77,3	84,9	70,9	68,6	79,1	64,0	68,5	88,3	76,0	76,6	85,3	72,6
Arroz	219,1	189,5	189,5	167,2	142,2	132,1	104,0	80,3	54,7	53,2	49,6	44,3	37,8
Banana	43,2	46,1	40,5	41,3	44,9	40,1	45,5	54,4	55,1	58,7	63,7	62,0	63,0
Batata	25,5	27,3	26,7	25,6	27,4	27,9	27,3	29,0	29,0	31,4	27,8	28,9	29,4
Café	504,0	434,0	364,1	314,6	282,9	268,5	267,0	277,2	314,7	332,6	345,7	327,4	333,9
Cana-de-Açúcar	2.111,1	2.165,1	2.311,9	2.353,2	2.595,6	2.707,5	2.807,7	2.872,2	2.880,5	2.744,6	2.822,1	3.008,7	3.071,7
Cebola	15,0	15,3	12,1	14,9	14,6	14,4	12,5	11,7	12,2	11,2	10,6	8,1	9,3
Chá	5,8	7,7	5,8	5,1	4,9	4,4	3,7	4,0	4,1	4,1	3,7	3,5	2,2
Eucalipto	640,1	735,5	768,6	726,6	692,4	696,4	723,0	669,6	703,6	720,5	723,6	744,1	744,1
Feijão	367,7	339,8	339,8	305,6	332,2	237,1	183,1	216,3	208,6	240,4	179,7	209,1	210,1
Figo	1,7	1,4	1,2	1,2	0,9	0,4	0,4	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Fumo	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,4
Goiaba	2,3	2,3	2,2	1,6	3,2	3,2	3,2	4,9	3,8	3,9	4,2	3,8	3,4
Laranja	695,6	755,7	763,5	799,2	707,7	763,5	895,6	863,0	874,6	878,7	826,1	776,5	786,5
Maçã	0,6	0,4	0,4	0,4	0,2	0,2
Mamona	12,0	10,5	8,4	1,8	1,5	0,7	1,2	1,0	0,7	0,6	2,8	2,0	0,9
Mandioca	36,1	43,5	41,1	41,7	52,0	49,3	39,9	38,0	46,4	50,0	59,6	60,9	51,1
Maracujá	1,8	2,5	4,3	4,3	4,5	4,8	6,0	4,2	3,9	3,5	3,4	2,5	2,7
Melancia	4,7	5,0	4,8	6,3	6,8	5,1	5,8	10,4	8,7	9,3	7,8	7,5	5,1
Milho	1.151,1	1.384,5	1.255,9	1.189,0	1.304,4	1.200,0	1.087,1	1.091,1	1.081,5	1.108,6	1.081,9	1.122,5	1.060,2
Morango	0,8	0,9	0,9	0,7	0,7	0,7
Olerícolas (1)	36,2	42,8	43,0	50,8	68,1	70,7	66,5	81,7	84,5	86,2	78,3	72,0	72,8
Pêssego	1,9	1,8	2,8	1,5	3,1	2,1	2,7	2,4	4,0	3,4	3,4	3,1	3,1
Pinus	232,1	236,6	192,8	225,2	201,3	181,5	196,8	147,2	144,1	159,0	170,9	151,6	151,6
Seringueira	24,6	29,0	30,4	30,8	32,2	31,7	32,9	34,4	35,7	35,4	36,1	34,8	35,5
Soja	561,2	495,2	465,5	498,6	492,6	530,7	488,4	477,4	527,2	512,8	535,0	528,3	573,7
Sorgo	37,2	42,9	51,3	72,7	67,3	66,2
Tomate Rasteiro	8,3	7,6	7,3	5,7	6,4	5,6	4,6	4,2	4,9	4,3	3,9	3,2	3,6
Trigo	185,4	93,0	68,6	47,7	35,4	23,9	26,3	12,4	16,9	20,1	14,0	22,8	35,2
Uva	9,6	9,7	10,2	9,8	9,6	10,2	10,2	10,1	11,3	11,2	10,9	11,5	11,6

Fonte: Fundação Seade.

(1) Inclui abóbora, abobrinha, alface, batata-doce, berinjela, beterraba, brócolis, cenoura, chuchu, couve, couve-flor, milho verde, mandioquinha, pepino, pimentão, quiabo, repolho, tomate envarado e vagem.

Nota: No período 1990-1992, trabalhou-se apenas com o nível tecnológico médio devido à impossibilidade de utilização dos fatores de ponderação para os diferentes níveis tecnológicos (alto, médio e baixo). A partir de 1993, já incorporando os dados obtidos em pesquisa de campo, passou-se a considerar os fatores de ponderação.

Algumas discrepâncias nos valores de EHA (equivalentes-homens-ano) para algumas culturas são decorrência deste fato.

[...] Dado não disponível.

como resultado um significativo aumento da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas.

O crescimento das ocupações em algumas atividades intensivas em mão-de-obra e com grande expansão nos anos 1990, como é o caso da olericultura e da fruticultura, não foi suficiente para compensar a queda verificada nas culturas de cana-de-açúcar, algodão, café, grãos e oleaginosas.

Os principais ramos de atividade responsáveis pela ocupação da PEA rural não-agrícola foram os de prestação de serviços e indústria de transformação, que concentraram mais de 50% das pessoas ocupadas, seguidos pelo comércio de mercadorias, indústria da construção e serviços sociais. Juntos, esses cinco ramos de atividade responderam por cerca de 90% das ocupações não-agrícolas.

O fundamental, em um contexto em que o rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a abrigar uma gama enorme de outras atividades e novas funções, é que as políticas públicas tenham a clareza suficiente de que promover um desenvolvimento sustentável significa garantir boas condições de trabalho para todos os trabalhadores, agrícolas e não-agrícolas. As atividades não-agrícolas devem ser estimuladas porque têm se mostrado uma alternativa muito importante para os desempregados agrícolas residentes no meio rural, além de um forte elemento dinamizador da economia rural.

Em linhas gerais, as políticas de fomento de atividades rurais não-agrícolas devem considerar as diferentes dinâmicas que impulsionam a geração de novas ocupações no meio rural, bem como os diversos estágios de desenvolvimento econômico, em geral, e da agricultura, em particular, nas regiões. Em muitos lugares, só o fomento de atividades não-agrícolas não conseguirá gerar desenvolvimento, sendo necessária a geração de ocupações agrícolas, por meio de melhorias na produção agropecuária.

Um tratamento diferenciado deve ser assumido entre áreas rurais ricas e pobres.⁵ Nas pobres, um papel ativo do setor público é requerido para promover as condições para aumentar a atratividade das regiões para o setor privado (estradas, eletrificação, telecomunicações, irrigação), assim como um forte investimento público deve desenvolver a capacidade das

famílias rurais para estarem aptas a participar de uma larga faixa de atividades remuneradoras. A enorme heterogeneidade das regiões dentro das ocupações rurais não-agrícolas (importância dos setores, das diferentes posições na ocupação, do gênero, etc.) não permitem que sejam desenhadas políticas únicas para a promoção das Orna.

Sobre esse aspecto das políticas públicas, deve-se registrar que, no final dos anos 1970, Anderson e Leiserson (1980) já chamavam a atenção para o fato de que o desenho das políticas de desenvolvimento rural, em adição ao provimento de recursos necessários para o crescimento da produtividade agrícola, também deve incluir as necessidades das atividades locais não-agrícolas. O crescimento e a concentração dessas atividades nas áreas rurais necessitam e demandam serviços de infra-estrutura, como eletricidade, suprimento de água, estradas, escolas e saneamento básico, além de crédito bancário e do desenvolvimento de instituições, públicas e privadas, locais. Os autores também alertavam para a necessidade de treinamento e formação da população rural para as atividades não-agrícolas, dada a sua contribuição em termos de aumento das chances de se conseguir melhores empregos e rendimentos para os trabalhadores.

Do ponto de vista da formação de mão-de-obra, alguns pontos devem ser levados em consideração para maior adesão às demandas do mercado de trabalho: o rural é mais que o agrícola e precisa de profissionais para novas áreas; turismo rural, artesanato, prestação de serviços não-domésticos são campos de atuação em crescimento, bem como algumas áreas do setor público; novas técnicas agropecuárias são fundamentais para o atual estágio de desenvolvimento do setor no Estado de São Paulo; a questão ambiental é cada vez mais relevante e as técnicas da agroecologia crescem significativamente; a grande presença de agroindústrias exige uma formação para se trabalhar com a visão de cadeias produtivas; há um setor intensivo em mão-de-obra qualificada, como a olericultura e a fruticultura, que está demandando técnicos e que apresenta tendências de aumento significativo, especialmente com sistemas de produção associados à obtenção de alimentos saudáveis.

Notas

1. Ver, por exemplo, os trabalhos de Graziano da Silva, Balsadi e Del Grossi (1997) e Laurenti e Del Grossi (1999).
2. Esta seção está baseada em Balsadi (2001a).
3. Além de São Paulo, os Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte também tinham, no final dos anos 1990, mais de 50% da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas, dentre os Estados pesquisados no Projeto Rurbano. No Rio de Janeiro, a PEA rural não-agrícola representava, em 1997, 54% da PEA rural total e 58,6% da PEA rural ocupada (TEIXEIRA, 2000), enquanto no Rio Grande do Norte, ela correspondia a 48,3% e 52,2%, respectivamente (SILVA, 2000). Além desses três Estados, no Distrito Federal ocorreu o mesmo processo. Segundo Botelho Filho (2000), a PEA rural não-agrícola representava, em 1997, 66% da PEA rural total e 71% da PEA rural ocupada, ou seja, apenas 29% dos residentes rurais ocupados estavam trabalhando na agricultura do Distrito Federal. Para o total do Brasil, Del Grossi (1999) também

observou que a população rural não é exclusivamente agrícola, uma vez que mais de 3,9 milhões de pessoas estavam ocupadas em atividades não-agrícolas, em 1995, o que representava 26% da PEA rural ocupada.

4. Segundo dados das estimativas de safra feitas pelo Instituto de Economia Agrícola/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – IEA/Cati, a área cultivada com café no Estado de São Paulo era de 504 mil hectares em 1990, caindo para 268,5 mil em 1995. Nesse ano, registrou-se a menor área cultivada com café na década. Em 2002, as estimativas apontaram 333,9 mil hectares, indicando a recuperação da área cultivada, embora num patamar ainda abaixo do valor verificado em 1990.

5. Berdegue et al. (2000) citam, por exemplo, áreas onde o grande desenvolvimento agrícola “puxa” a grande diversidade das Orna; áreas onde há baixo desenvolvimento agrícola e alta inserção da população rural nas Orna; áreas onde há baixo desenvolvimento agrícola e poucas oportunidades nas Orna. Ou seja, as áreas rurais se encontram em estágios diferenciados de crescimento e diversidade das atividades rurais não-agrícolas.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, D.; LEISERSON, M. Rural nonfarm employment in developing countries. *Economic Development and Cultural Change*, New York, v. 28, n. 2, jan. 1980.

ARNALTE ALEGRE, E. *Formas de producción y tipos de explotaciones en la agricultura española*: viejas y nuevas líneas de diferenciación, 1996. Mimeografado.

_____. Estructura de las explotaciones agrarias y externalización del proceso productivo: implicaciones para el debate sobre el proteccionismo. *Revista de Economía*, Madrid, n. 666, p. 101-117, feb. 1989.

BALSADI, O.V. Evolução das ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural paulista nos anos noventa. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, IEA/Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, v. 48, n. 1, p. 21-38, jan./jun. 2001a.

_____. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 15, n. 1, p. 155-165, jan./mar. 2001b.

_____. *Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90*. 2000. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2000.

_____. Demanda da força de trabalho na agricultura paulista no período 1990-97. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 19-31, abr. 1998.

BAPTISTA, F.O. *Famílias e explorações agrícolas*: notas sobre a agricultura familiar na Europa do Sul. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 4., Chile, dez. 1994. Mimeografado.

BERDEGUÉ, J.; REARDON, T.; ESCOBAR, G. Rural nonagricultural employment and income in Latin America and the Caribbean. In: DEVELOPMENT OF THE RURAL ECONOMY AND POVERTY REDUCTION IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. New Orleans, Louisiana, mar. 2000. Mimeografado.

BONANNO, A. Changes, crisis and restructuring in Western Europe: the new dimensions of agriculture. *Agriculture and Human Values*, Florida, v. 6, n. 1/2, winter-spring 1989.

BOTELHO FILHO, F.B. Dinâmica hegemônica das ocupações rurais não-agrícolas no Distrito Federal. In: GRAZIANO DA SILVA, J.F.; CAMPANHOLA, C. (Ed.). *O novo rural brasileiro*: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Jaguariúna: Embrapa, 2000. v. 3. cap. 6. p. 179-188.

BUTTEL, F. The US farm crisis and the restructuring of American agriculture: domestic and international dimensions. In: GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. *The international farm crisis*. London: The Macmillan Press, 1990.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Ed.). *O novo rural brasileiro*: uma análise nacional e regional. Jaguariúna: Embrapa, 2000. v. 1.

DEL GROSSI, M.E. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro*: 1981-1995. 1999. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 1999.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, v. 35, n. 1, Oct. 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp/IE, 1999. (Coleção Pesquisas, n. 1).

GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O.V.; DEL GROSSI, M.E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 11, n. 2, p. 50-64, abr./jun. 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E. *Ocupação e renda nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992-97*. Campinas: IE/Unicamp, 1999. Mimeografado. (Projeto Rurbano).

_____. A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro de 1992 a 1995. *Revista Indicadores Econômicos*, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, v. 25, n. 3, p. 105-126, nov. 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. et al. Meio rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 10, n. 2, p. 60-72, abr./jun. 1996.

LANJOUW, P. Rural nonagricultural employment and poverty in Ecuador. *Economic Development and Cultural Change*, New York, v. 48, n. 1, Oct. 1999.

LAURENTI, A.C.; DEL GROSSI, M.E. *A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas: Brasil e regiões, 1981-97*. Campinas: IE/Unicamp, 1999. Mimeografado. (Projeto Rurbano).

MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”: alguns exemplos e implicações teóricas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 22, abr. 1987.

MOYANO ESTRADA, E.; HIDALGO DA SILVA, O. *Ideologias y estrategias de acción colectiva en el sindicalismo agrario*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 29., *Anais...* Campinas, Sober, v. 1, 1991. p. 234-248.

PUGLIESE, E. Agriculture and the new division of labor. In: FRIEDLAND, W.H.; BUSCH, L.; BUTTEL, F.; RUDY, A. *Towards a new political economy of agriculture*. Boulder: Westview Press, 1991.

REARDON, T.; BERDEGUÉ, J. *Rural nonfarm employment and incomes in Latin America*. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DESAROLLO DEL EMPLEO RURAL NO AGRÍCOLA. Chile, BID, Cepal, FAO e Rimisp, sept. 1999. Mimeografado.

SARACENO, E. *Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: an european experience*. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON RURAL URBAN LINKAGES, INTERMEDIATE CITIES AND DECENTRALIZED DEVELOPMENT IN THE GLOBAL ECONOMY, México, Apr. 1997. Mimeografado.

_____. Recent trends in rural development and their conceptualisation. *Journal of Rural Studies*, v. 10, n. 4, 1994.

SILVA, A.G. Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte. In: GRAZIANO DA SILVA, J.F.; CAMPANHOLA, C. (Ed.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste*. Jaguariúna: Embrapa, 2000. v. 2. cap. 1. p. 13-44.

TEIXEIRA, V.L. A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural fluminense nas décadas dos anos oitenta e noventa. In: GRAZIANO DA SILVA, J.F.; CAMPANHOLA, C. (Ed.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste*. Jaguariúna: Embrapa, 2000. v. 3. cap. 4. p. 119-150.

WELLER, J. *El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano*. Panamá: OIT, 1994.

OTAVIO VALENTIM BALSADI

Engenheiro Agrônomo, Pesquisador da Embrapa e Doutor em Economia Aplicada no Instituto de Economia da Unicamp.
(otavio.balsadi@embrapa.br)

MARIA ROSA BORIN

Matemática, Analista da Fundação Seade.
(rosinha@seade.gov.br)

Artigo recebido em 27 de abril de 2006.

Aprovado em 18 de outubro de 2006.

Como citar o artigo:

BALSADI, O.V.; BORIN, M.R. Ocupações agrícolas e não-agrícolas no rural paulista: análise das evoluções no período 1990-2002. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 4, p. 155-174, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.